

O protagonismo indígena na fronteira amazônica

Glória Kok

APÓS *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros* (*Red gold. The conquest of the Brazilian Indians*, 1978), traduzido por Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Edusp, 2007) e antes do livro *Die if you must. Brazilian Indians in the Twentieth Century* (2003), alinhado aos trabalhos de Rondon, Darcy Ribeiro e Orlando Villas-Boas, ainda inédito no Brasil, o historiador e ex-diretor da Royal Geographical Society de Londres, John Hemming, escreveu *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros* (*Amazon Frontier*, 1987), recém-lançado pela Edusp, em tradução de Antonio de Pádua Danesi.

No primeiro livro, *Ouro vermelho*, Hemming traçou uma abrangente narrativa da história dos índios na colônia portuguesa, num arco que se estende da *Carta* de Pero Vaz de Caminha de 1500, até a década de 1760, ocasião em que cerca de seiscentos jesuítas são expulsos dos colégios e aldeamentos, o que assinala um divisor de águas na história dos índios. Com base nos textos de cronistas, missionários, aventureiros e estudiosos, o autor descreve os contatos entre nativos e europeus permeados, na maioria das vezes, pela violência. As populações nativas foram vítimas das doenças europeias, da escravidão e da destribalização, resultando em um agudo declínio populacional. Daí as frequentes adjetivações que quase anunciam o “fim” das populações indígenas: numa passagem do prefácio, o autor enfatiza que os índios foram “aniquilados” e “dizimados” pe-

las doenças, que a coragem e as táticas guerreiras foram “anuladas”, que “quase têm sido condenados à extinção” e hoje “estão reduzidos a uma minoria patética...” (p.21).

No segundo volume da trilogia, *Fronteira amazônica*, Hemming estuda os viajantes, cientistas, artistas e antropólogos que visitaram os índios brasileiros, para continuar a história dos índios da década de 1760, ocasião da expulsão dos jesuítas e da implantação do Diretório, até 1910, ano em que é aprovado o Serviço de Proteção ao Índio. Dividido em quatro partes que seguem uma ordem cronológica, o livro apresenta um caleidoscópio dos grupos indígenas que viviam nos territórios fronteiriços do império português e seus conflitos com os colonos.

Na primeira, “O Diretório”, o autor analisa a legislação indigenista elaborada em meados do século XVIII para os índios do Estado do Maranhão e Grão-Pará, pelo primeiro-ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Em 1757, um decreto libertou as aldeias indígenas do controle missionário, transferindo aos “diretores” brancos essa responsabilidade. A medida visava atingir a Companhia de Jesus, a ordem mais bem-sucedida da Colônia, e seus membros, que disputavam a mão de obra de mais de sessenta aldeias disputada pelos colonos. O sistema do Diretório visava integrar os índios à sociedade portuguesa, mobilizando-os por meio do trabalho. Para isso, muitas medidas tornaram-se obrigatórias, como



Foto Alex Almeida/Folha Imagem - 1º 9. 2007

Índios da etnia dos Matis, que habitam o Vale do Javari, sudoeste do Estado do Amazonas.

a língua portuguesa, viver em casas separadas, o uso de roupas sem ornamento decorativo e o incentivo de casamentos entre brancos e índios.

As aldeias do Diretório cultivavam produtos básicos (mandioca, arroz, milho, cacau, café e algodão) e coletavam as “drogas” do sertão (salsaparrilha, cravo, castanhas-do-pará, alcatrão, seivas de andiroba, da copaíba e da sumaúma, ipecacuanha), para abastecer o crescente mercado colonial. Forneciam também mão de obra para os serviços públicos: estaleiros, expedições de corte de madeira, construções de fortalezas, remadura e transporte de barcos. Pela regra, os índios de treze a sessenta anos estavam habilitados para trabalhar e viviam sob um regime de trabalho excessivo e brutal. O jesuíta João Daniel testemunha a violência dos colonos e acentua que é “louvável o castigo de só quarenta açoites, como costumavam os missionários” (p.83). O pagamento, se houvesse, era

feito com roupa ordinária de algodão.

O Diretório vingou nas 66 aldeias indígenas do Maranhão e do Amazonas durante quarenta anos, período em que “o número de índios administrados no Pará e na Amazônia caiu em mais de um terço, de trinta mil em 1757 para nove mil em 1798” (p.97).

A partir de 1758, o Diretório se estendeu da Amazônia para outras regiões do Brasil. Em Goiás, as autoridades coloniais formaram cinco aldeias para servir de modelo de “civilização” aos índios xavantes, caiapós e javaés, que foram se despovoando até cair em ruínas. Foi então que a índia caiapó Damiana da Cunha, convertida ao cristianismo, chefiou expedições para atrair os caiapós. Nessas ocasiões, diz o documento, “põe-se nua, pinta-se e sai ao campo, e conduz os índios como lhe parece” (p.123). Apesar de ter deslocado numerosos caiapós, as aldeias não tardaram a definhar.

Muitos grupos indígenas, entretanto,

não aceitaram pacificamente o avanço da colonização portuguesa em seus territórios. Nos rios Amazonas, Solimões e Negro, os muras desestabilizaram quaisquer tentativas de estabelecimentos portugueses na região até o final do século XVIII. Hábeis guerreiros surpreendiam os navegadores com ataques e emboscadas fulminantes. Outra tribo aguerrida era a dos mundurucus. Para combatê-los, o governador João Pereira Caldas declarou guerra em 1778. Alguns anos depois, tanto os muras como os mundurucus se renderam e foram viver em aldeias, só que cada grupo teve um destino bem diferente. Nas lutas de resistência indígena, destacaram-se, ainda, os botocudos, que viviam nos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, e os caingangues (coroados), que habitavam São Paulo e o atual Estado do Paraná. Ambos foram duramente combatidos por meio de um decreto régio de 1808 que proclamou “guerra ofensiva” e legitimou a escravidão dos prisioneiros de guerra.

O Diretório foi abolido em 1798, deixando um legado de aldeias decadentes, em razão das revoltas contra o regime de trabalho, das epidemias e das fugas dos índios, porque, comenta o autor, “preferiam internar-se nas selvas a viver entre os colonos ‘civilizados’. Tribo após tribo afastava-se aos poucos das fronteiras coloniais” (p.201).

Na segunda parte, “Independência”, o autor examina os povos indígenas no curso do Império brasileiro. Na transição entre a colônia portuguesa e o império, Guido Marlière, alferes do exército português, traçou um plano estratégico para a “pacificação” e a “civilização” dos índios no Brasil. Ajudado pelos coroados e coropós do Paraíba, Marlière subjugou os puris, que foram aldeados em 1819. O

botocudo Pocrane, que adotou o nome cristão de Guido Pocrane, serviu-lhe de intérprete e recebeu, como recompensa, uma fazenda de gado e roupas europeias. Nomeado diretor-geral dos índios de Minas Gerais em 1824, controlou uma população de 4.300 nativos, para os quais distribuiu ferramentas para os trabalhos agrícolas e solicitou a presença de missionários. Mas doenças e a subnutrição abateram-se sobre os índios aldeados, comprometendo irremediavelmente o seu plano.

Durante o Império, a principal legislação indigenista é conhecida como *Regimento das Missões*, decretada em 1845. Aparentemente, acenava com cláusulas favoráveis aos índios: a promessa de demarcação dos territórios das tribos em aldeias de usufruto coletivo, a proibição de guerras e bandeiras contra os índios, a proteção às atividades indígenas. No entanto, a verdadeira pretensão do *Regimento* era aculturar os índios, transformando-os em súditos do imperador, sujeitá-los a trabalhos forçados em obras públicas e conceder ao diretor o direito de dispor sobre as terras indígenas, além de estabelecer dois sistemas de administração contraditórios: o dos diretores leigos e o dos missionários. Dois anos depois, as aldeias estavam sendo invadidas pelos colonos e as terras, espoliadas. Esse processo de expropriação foi fomentado com a Lei das Terras de 1850, que reivindicava para o Estado as terras devolutas. Para o antropólogo Carlos Moreira Neto, a legislação imperial negava aos índios “o direito de aspirar à autonomia cultural ou política ou a possuir as terras que tradicionalmente ocuparam” (p.237).

Nas fronteiras, as rivalidades entre colonos e numerosas tribos guerreiras acirram-se no século XIX. No fronteira do



HEMMING, J. *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009. 709p.

Maranhão, destacaram-se os gamelas, os guajajaras e os grupos timbiras do leste; na fronteira Tocantins-Araguaia, os apinajés, os carajás, os xavantes, os xerentes e os canoeiros; na fronteira de Goiás a Cuiabá, os bororos. Contra esses grupos guerreiros, os colonos organizaram expedições punitivas, construíram fortes e valeram-se das rivalidades intertribais, aliando-se com certos grupos nativos. Os mundurucus, por exemplo, permaneceram fiéis, depois de 1800, ao governo brasileiro e lutaram contra vários grupos indígenas, entre os quais os muras.

As tensões na Amazônia culminaram com a revolta da Cabanagem (“cabanos” – migrantes que viviam em cabanas nos brejos de Belém ou nas matas do Amazonas) no ano de 1835. Tapuios (índios destribalizados), índios, brancos pobres e mestiços do Pará uniram-se contra os brancos, destruíram fazendas, mataram

colonos e declararam o Rio Negro uma província independente do Pará. Apesar da repressão, os revoltosos fugiram ao controle do governo imperial. A Cabanagem espalhou-se pela rede de rios amazônicos, criando bolsões de resistência, como o território dos muras. Com a ajuda dos mundurucus, as revoltas foram esmagadas e os cabanos se renderam. Segundo o cacique Joaquim José Pereira, dos mundurucus do Rio Abacaxis, “seus parentes prestaram valiosíssimos serviços contra a revolução” (p.302). A revolta da Cabanagem fez trinta mil mortos, além de propiciar a formação de numerosos mocambos na região.

A terceira parte, “Amazônia: surto da borracha”, trata do impacto do surto da borracha para os povos nativos. Conhecida pelos omáguas do Solimões desde o período pré-colonial, a borracha da Amazônia passou a atender à demanda mundial a partir da década de 1850, inicialmente extraída nos rios Xingu e Tapajós e, depois, nos rios Madeira, Purus e Juruá. Os barões empregavam tapuios e índios como seringueiros em regime de escravidão por dívida. No contexto do surto da borracha, a situação dos grupos indígenas variou enormemente. Algumas tribos aliadas do governo imperial enriqueceram com o comércio da borracha, enquanto outras lutaram contra a presença dos seringueiros, padecendo com as expedições punitivas e a escravização. A tribo que mais sofreu com o tráfico de escravos, segundo o autor, foi a dos miranhas do Japurá. Para os seringueiros, “Os índios são bichos, e como tais devem ser tratados” (p.380).

Na última parte, “1840-1910: missionários, antropólogos e resistência indígena”, Hemming analisa a presença dos missionários entre os grupos indígenas

das fronteiras e a formação de novas missões. O livro se encerra com as explorações de Cândido Rondon que levaram à criação do Serviço de Proteção ao Índio, aprovado pelo presidente Nilo Peçanha em 1910, cujo objetivo principal era dar proteção às terras indígenas e garantir a devolução aos índios das terras roubadas pelos colonos. Inaugurava-se, assim, uma nova era para os índios brasileiros.

Em *Fronteira amazônica*, Hemming adota uma ligeira mudança de perspectiva em relação ao volume anterior, porque valoriza, progressivamente, o protagonismo indígena. Vale comentar que a tradução apresenta alguns deslizes, como a mudança de gênero do antropólogo Robin Wright. As raras vozes indígenas presentes no volume deixam entrever a posição de alguns índios diante da conquista, deslocando o olhar do leitor. Uma é a do chefe Carô dos carajás xambioás, morador do Araguaia, que assevera: “– Presídio, não, não quero. – Padre não, turi (cristão), não, boi não, cavalo não” (p.484). A outra é a de Rosa Bororo, que, às vésperas de sua morte, aconselha o filho: “não confies nos brancos. São homens que manejam o raio, que vivem sem pátria, que vagam para satisfazer sua sede de ouro e nos acarinhos quando de nós têm necessidade, porque a terra em que pisam, e os campos e os rios que assaltam são nossos [...] atingida a meta, são falsos e traidores...” (p.504)

Glória Kok faz atualmente pós-doutorado junto ao Departamento de Antropologia da Unicamp. É autora de *Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo* (2001), *O sertão itinerante. Expedições da capitania de São Paulo no século XVIII* (2004), entre outras publicações.

@ – kokmartins@uol.com.br